STJ00103798

Paulo Hamilton Siqueira Jr.

DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL

7ª edição
Atualizada conforme o Novo CPC
e a Lei n. 13.256, de 4-2-2016

2017

saraiva jur

STJ00103798

ISBN 978-85-472-1313-8

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ALINE GRAZIELE BENITEZ CRB-8/9922

S63d Siqueira Jr., Paulo Hamilton

Direito processual constitucional / Paulo Hamilton Siqueira Jr. – 7. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

Inclui bibliografia.

1. Direito constitucional – Brasil. 2. Direito público. 3. Direito processual constitucional. I. Título.

CDU 342.4(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional: Brasil 342.4(81)

SOMOS EDUCAÇÃO | saraiva

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerente editorial Thaís de Camargo Rodrigues
Edição Eveline Gonçalves Denardi
Verônica Pivisan Reis

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guilherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Manlia Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa

Diagramação e revisão Markelângelo Design e Projetos Editoriais

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva
Capa Mayara Enohata
Produção gráfica Marli Rampim
Impressão e acabamento Brasilform Editora e Ind. Gráfica

Data de fechamento da edição: 8-11-2016

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602994 CAE 608921

1084375

STJ00103798

SUMÁRIO

Prefácio 17
Nota à 7ª edição 19
Nota à 1ª edição 21

I — INTRODUÇÃO 23

II — A CONSTITUIÇÃO
1. A Constituição 29
2. Conceito de Constituição 32
3. Direito constitucional 35
4. Classificação das Constituições 38
   4.1. Quanto à forma 38
   4.2. Quanto ao modo de elaboração 39
   4.3. Quanto à origem 40
   4.4. Quanto à estabilidade ou mutabilidade 40
   4.5. Quanto à extensão ou finalidade 42
   4.6. Quanto ao conteúdo 43
   4.7. Classificação da Constituição Federal de 1988 43
5. Efetivação da Constituição 44

III — O PROCESSO
1. O processo 47
2. Jurisdição 51

IV — A CONSTITUIÇÃO E O PROCESSO
1. A Constituição e o processo 57
2. Direito constitucional processual 63
3. O sistema processual brasileiro 65
   3.1. O sistema processual inquisitivo 70
   3.2. O sistema processual acusatório 75
   3.3. O sistema processual misto 78
   3.4. O sistema processual adotado pelo Brasil 79
4. A influência do direito constitucional no processo 83
5. Direito processual constitucional 84

V — CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE
1. Controle de constitucionalidade 95

2. Sistema jurídico 97
2.1. Classificação do sistema jurídico 100
3. Supremacia constitucional 105
4. Existência, vigência, validade e eficácia da norma jurídica .. 114
4.1. Existência 116
4.2. Vigência 116
4.3. Validade 123
4.4. Eficácia 129
5. Nulidades no direito público 135
6. Conceito de constitucionalidade 139
7. Conceito de controle de constitucionalidade 140
7.1. Requisitos do controle de constitucionalidade 141
7.2. Espécies de controle de constitucionalidade 144
7.3. Espécies de controle de constitucionalidade repressivo .. 146
8. Controle difuso 146
8.1. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso 151
8.1.1. Ponderação no controle difuso 153
8.2. A inconstitucionalidade e o Senado Federal no controle difuso 155
8.3. Incidente de arguição de inconstitucionalidade 169
8.3.1. Procedimento 173
8.3.2. Natureza jurídica 176
8.3.3. Efeitos da decisão 177
8.4. Súmula vinculante 178
8.4.1. Conceito 178
8.4.2. Espécies 182
8.4.3. Objeto 184
8.4.4. Requisitos 184
8.4.5. Regulamentação 185
8.4.6. Competência 185
8.4.7. Legitimidade 185
8.4.8. Natureza 187
8.4.9. Procedimento 189
8.4.10. Efeitos 192
8.4.11. Súmula vinculante e reclamação constitucional 194

8.5. Repercussão geral 197
8.5.1. Conceito 199
8.5.2. Natureza e finalidade 200
8.5.3. Competência 201
8.5.4. Procedimento 201
9. Controle concentrado 203
10. Ação direta de inconstitucionalidade genérica 210
10.1. Competência 211
10.2. Legitimidade 211
10.2.1. Chefe do Poder Executivo 214
10.2.2. Mesa das Casas Legislativas 217
10.2.3. Procurador-Geral da República e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil .. 218
10.2.4. Partidos políticos com representação no Congresso Nacional 219
10.2.5. Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional 223
10.2.6. Legitimidade universal e limitada 230
10.3. Prazo 232
10.4. Advogado-Geral da União e Procurador-Geral da República 232
10.5. Processo objetivo 233
10.6. Objeto da ação 236
10.6.1. Controle abstrato 236
10.6.2. Controle da inconstitucionalidade 241
10.6.3. Controle repressivo 245
10.6.4. Controle do direito pós-constitucional 255
10.6.5. Controle do direito infraconstitucional 256
10.7. Procedimento 260
10.7.1. Do pedido da medida cautelar 264
10.8. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade 267
10.8.1. Efeitos e eficácia temporal da decisão 278
10.9. A participação do Senado Federal 282
10.10. Interpretação conforme a Constituição 282
10.10.1. Interpretação conforme a Constituição sem redução do texto 287

10.10.2. Interpretação conforme a Constituição com redução do texto 290
10.10.3. Limites da interpretação conforme a Constituição 290
10.10.4. Fundamento da interpretação conforme a Constituição 292
10.11. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto 293
11. Ação declaratória de constitucionalidade 296
11.1. Competência 298
11.2. Legitimidade 298
11.3. Procedimento 299
11.3.1. Do pedido da medida cautelar 300
11.4. Efeitos da decisão 301
12. Ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão 302
12.1. Competência 309
12.2. Legitimidade e procedimento 309
12.3. Efeitos da decisão 313
13. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva 317
13.1. Competência 319
13.2. Legitimidade 320
13.3. Procedimento 320
13.4. Efeitos da decisão 320
14. Arguição de descumprimento de preceito fundamental 326
14.1. Arguição 326
14.2. Descumprimento 327
14.3. Preceito fundamental 327
14.4. Finalidade e objetivo 330
14.5. Competência 342
14.6. Legitimidade 342
14.7. Procedimento 343
14.7.1. Do pedido da medida liminar 345
14.8. Efeitos da decisão 345
15. Quadros comparativos dos instrumentos processuais de controle de constitucionalidade 347

VI — *WRITS* CONSTITUCIONAIS

1. Jurisdição constitucional das liberdades 353
2. *Habeas corpus* 354
2.1. Origem histórica 355
2.2. *Habeas corpus* no Brasil 358
2.3. Conceito e natureza jurídica 363
2.4. Finalidade e características 366
2.5. Tipos de *habeas corpus* 368
2.6. A ação de *habeas corpus* 369
2.6.1. Cabimento da ação de *habeas corpus* 370
2.6.2. Casos de não cabimento do *habeas corpus* 373
2.7.O processo da ação de *habeas corpus* 375
2.7.1. Procedimento 375
2.7.2. Condições de ação 376
2.7.3. Início do procedimento 377
2.7.4. Indeferimento liminar da petição 378
2.7.5. Concessão liminar em *habeas corpus* 378
2.7.6. Informações da autoridade coatora 379
2.7.7. Apresentação do paciente 379
2.7.8. Prejudicialidade do pedido 380
2.7.9. Julgamento do *habeas corpus* 380
2.7.10. Extensão do *habeas corpus* 382
2.7.11. Recurso de ofício 383
2.7.12. Reiteração de *habeas corpus* 383
2.8. Legitimidade 383
2.8.1. Legitimidade ativa 383
2.8.2. Legitimidade passiva 388
2.9. Competência 390
2.9.1. Supremo Tribunal Federal 391
2.9.2. Senado Federal 391
2.9.3. Superior Tribunal de Justiça 392
2.9.4. Tribunais Regionais Federais 392
2.9.5. Tribunais de Justiça 393
2.9.6. Juiz de direito de primeira instância 393
2.9.7. Juizado Especial 394
3. *Habeas data* 397
3.1. Conceito 397

3.2. Legitimidade 403
3.3. Objeto da ação 405
3.4. Procedimento 408
3.5. Coisa julgada 411
4. Mandado de injunção 411
4.1. Conceito 411
4.2. Natureza jurídica 413
4.3. Objeto da ação 416
4.4. Objetivo da ação 418
4.5. Legitimidade 424
4.6. Procedimento 430
4.7. Diferenças entre mandado de injunção e ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão 432
4.8. Efeitos da decisão 434
5. Mandado de segurança 445
5.1. Conceito 445
5.2. Natureza jurídica 446
5.3. Objeto da ação 447
5.4. Legitimidade 448
5.5. Procedimento 451
5.6. Efeitos da decisão 454
5.6.1. Coisa julgada 454
5.7. Mandado de segurança coletivo 457

VII — DEFESA DA CIDADANIA

1. Defesa da cidadania 477
2. Ação civil pública 487
2.1. Conceito 487
2.2. Natureza jurídica 489
2.3. Competência 490
2.4. Legitimidade 493
2.5. Tutela 499
2.5.1. Meio ambiente 501
2.5.2. Consumidor 503
2.5.3. Bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico 504

2.5.3.1. Patrimônio público e social 505
2.5.4. Infração da ordem econômica e da economia popular e dos investidores de mercado mobiliário .. 506
2.5.5. Ordem urbanística 506
2.5.6. Interesse difuso ou coletivo 508
2.5.6.1. Interesses de grupos de indivíduos 509
2.5.6.2. Interesses difusos 510
2.5.6.3. Interesses coletivos 511
2.5.6.4. Interesses individuais homogêneos 511
2.5.7. Proteção de interesses coletivos e difusos das pessoas portadoras de deficiência 515
2.5.8. Interesses difusos e coletivos da criança e do adolescente 516
2.6. Objeto da ação 518
2.6.1. Matéria tributária 518
2.6.2. Controle difuso de constitucionalidade 521
2.6.3. Políticas públicas 525
2.7. Procedimento 529
2.8. Termo de ajustamento de conduta 530
2.9. Inquérito civil 532
2.10. Coisa julgada 532
3. Ação popular 539
3.1. Conceito 539
3.2. Competência 542
3.3. Natureza jurídica 543
3.4. Legitimidade 544
3.5. Objeto da ação 549
3.6. Procedimento 550
3.7. Coisa julgada 552

VIII — BIBLIOGRAFIA

1. Livros 555
2. Artigos 582
3. Dissertações e teses 590